

Incubação de Empreendimentos Turísticos Solidários nas Comunidades Tradicionais em Guaraqueçaba (PR)

Isabel Jurema Grimm

Pós- Doutoranda em Gestão Urbana (PUCPR). Turismóloga.
Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR).

Carlos Alberto Cioce Sampaio

Professor da Fundação Universidade Regional de Blumenau
e Universidade Positivo (UP). Pós-Doutor em Ecosocioeconomia,
Cooperativismo Corporativo e Ciências Ambientais. Administrador.
Doutor em Planejamento e Gestão Organizacional.

Resumo

O turismo comunitário tem sido qualificado como importante estratégia para geração de trabalho e renda na escala local e regional, além de contribuir na preservação do patrimônio natural e cultural das comunidades de acolhimento. Experiências tentam aproximar as comunidades locais dos benefícios gerados pela atividade turística, e podem ser consideradas modelos mais justo e equitativos de turismo, que levam em conta as mais diversas dimensões da sustentabilidade e colocam as populações autóctones no cerne do planejamento, implementação e monitoramento da atividade. Metodologicamente compõe-se de estudo de caso, com observação direta. Diante disso, nesse artigo são analisadas as ações da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, em Barra do Superagui, em Guaraqueçaba (PR), no processo de incubação na cadeia produtiva do turismo comunitário que surge como alternativa de desenvolvimento territorial, em comunidades, que desejam oferecer produtos e serviços e atrair visitantes. e entrevistas com gestores do projeto, do Parque Nacional do Superagui e com especialistas em unidades de conservação. Os resultados apontam indícios da incubação de empreendimentos turísticos solidários contribuir para o fortalecimento da comunidade local, na formação de agentes locais com vistas ao desenvolvimento territorial, e na articulação de ações do projeto com políticas públicas de economia solidária e do turismo.

Palavras-chave: Turismo Comunitário, Incubadora, Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Incubation of Solidary Touristic Enterprises in Traditional Communities in Guaraqueçaba (PR)

Isabel Jurema Grimm

Pós- Doutoranda em Gestão Urbana (PUCPR).
Turismóloga. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR).

Carlos Alberto Cioce Sampaio

Professor da Fundação Universidade Regional de Blumenau
e Universidade Positivo (UP). Pós-Doutor em Ecosocioeconomia,
Cooperativismo Corporativo e Ciências Ambientais. Administrador.
Doutor em Planejamento e Gestão Organizacional.

Abstract

Community based tourism has been qualified as an important strategy in the generation of work and income at the local and regional level, as well as contributing to the preservation of the natural and cultural heritage of the host communities. Those experiences are trying to bring the local communities closer to the benefits generated by this kind of tourism, and can be considered more fair and equitable models of tourism, which considering the most diverse dimensions of sustainability and place indigenous populations at the heart of planning, implementing and monitoring activity. In this article are analysed the actions of the Technological Incubator within Popular Cooperatives, in “Barra do Superagui”, county of Guaraqueçaba (PR) in that incubation process, the production supply chain of the community, solidarity and sustainable tourism, is when territories' development alternatives are arising for surrounding communities, which aims to offer goods and services to attract visitors. Methodologically composed, is a study case, also with direct observation and interviews with project managers. The results evidences the incubation's solidarity in tourism developments which contributes to the strengthening of the local community, training local staff with a view to the territorial development, and coordination of project activities with the public policies of social economy and tourism.

Key Words: Community based tourism, Incubator, Sustainable Regional Development.

Introdução

A promoção do turismo comunitário surge como alternativa de desenvolvimento local em comunidades que desejam oferecer produtos e serviços para atrair visitantes. Tais comunidades aderem ao associativismo por meio de cooperativas e outras modalidades de organizações comunitárias, em que a economia solidária busca contrapor ao desemprego e à precarização do trabalho. As associações cumprem o papel de ser um novo “ente” turístico, articulando entre políticas públicas para o turismo, e a vontade competitiva do empreendedor privado. Serve como instrumento de mobilização das comunidades em que estão inseridos os atrativos e empreendimentos turísticos (BRAMBATTI, 2006).

Ao tratar-se de empreendimentos solidários destaca-se o papel das incubadoras - organizações que desenvolvem ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários atuando como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão. São priorizados grupos organizados tanto formal quanto informalmente, chamados de socioempreendimentos compartilhados, e que sobrevivem sob a égide da economia de mercado.

Neste contexto, despontam ações desenvolvidas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UFPR, um programa de extensão e pesquisa vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Com foco interdisciplinar envolve técnicos, professores e alunos. Sua missão é a afirmação da cidadania por meio de ações cooperativistas e movimentos sociais como sindicatos, associações de moradores e o poder público.

Diante do exposto objetiva-se analisar as ações da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UFPR em Barra do Superagui, município de Guaraqueçaba (PR), no processo de incubação na cadeia produtiva do turismo comunitário que surge como alternativa de desenvolvimento territorial, em comunidades, que desejam oferecer produtos e serviços e atrair visitantes.

A metodologia utilizada se insere na proposta de Yin, (2001): o estudo de caso. Essa estratégia de acordo com o autor facilita o exame de eventos contemporâneos, quando não é possível manipular comportamentos relevantes. As técnicas utilizadas são a observação direta, a participação em reuniões realizadas pela incubadora e, entrevistas com participantes do projeto de incubação, com gestores do Parque Nacional do Superagui e com especialistas em unidades de conservação. Os resultados apontam indícios da incubação de empreendimentos turísticos solidários contribuir para o fortalecimento da comunidade local, na formação de agentes locais

com vistas ao desenvolvimento do turismo comunitário, e na articulação de ações do projeto com as políticas públicas de economia solidária e do turismo.

1. Turismo comunitário

A incorporação de novos atrativos e a ampliação dos novos espaços é uma tendência do turismo, principalmente frente a uma demanda cada vez mais exigente, preocupada com o meio ambiente, que busca contato com o patrimônio comunitário e modos de vida das comunidades autóctones. Esta demanda de acordo com Coriolano (2003, p. 191) “[...] é atraída pela simplicidade, pelas belezas naturais, calma e a rusticidade do lugar”.

Emerge assim, uma outra forma de turismo capaz de promover o protagonismo das comunidades receptoras. É o turismo comunitário contrapondo-se ao modelo de turismo convencional, priorizando a conservação de modos de vidas simples, afirmação de identidades e a preservação da biodiversidade.

Murphy (1985) apresenta pela primeira vez o conceito de turismo comunitário abordando aspectos relacionados com o turismo e as áreas rurais dos países em desenvolvimento e em trabalhos de Richards y Hall (2000), onde o turismo aparece como instrumento para a redução da pobreza.

Desde então diversas definições, possibilidades de abordagens e entendimentos sobre esta forma de turismo começa a surgir: turismo comunitário, turismo de base comunitária, ou turismo comunitário solidário e sustentável (TCSS) como denominado por (Sampaio et al, 2011). Embora não haja uma definição única e amplamente aceita, a literatura específica considera como elemento comum, a participação da comunidade local como protagonista na gestão da atividade turística e no desenvolvimento de seu território.

Com a missão de reunir instituições brasileiras, especialmente no que concerne à formulação da política educacional de educação e pesquisa, ao estabelecimento de objetivos e padrões de excelência educacional, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo (ANPTUR) inovou e inseriu a partir do evento de 2015 a divisão científica Política e Planejamento do Turismo. O eixo incorporou a temática do Turismo Comunitário visando debater estudos sobre política e desenvolvimento do turismo, que ensejem o diálogo entre políticas de turismo e relações endógenas e exógenas que possam impulsionar ou dificultar o processo de desenvolvimento local e regional, dinamizado por diferentes atores que compõem a atividade turística.

Apesar de uma prática recente, o reconhecimento da visibilidade do turismo comunitário é observado na literatura e em programas oficiais de fomento da atividade turística. Solidificado como uma proposta na escala local, centrado nos recursos endógenos (humanos, naturais, culturais e de infraestrutura) das comunidades, na solidariedade dos atores envolvidos, vincula-se à promoção da conservação ambiental, valorização da identidade cultural e diversificação econômica nas comunidades receptoras. Destaca-se que a modalidade não designa um novo tipo de turismo ou segmento de mercado criado para atender a uma demanda específica.

O turismo comunitário deve buscar a capacitação dos membros comunitários e a apropriação de meios de produção e de consumo, que se dará por meio do empoderamento da comunidade local e da participação desses no planejamento e gestão das atividades turísticas. As atividades devem proporcionar a conservação dos recursos naturais e culturais da localidade e do seu entorno, seguidas de ações que potencializem o desenvolvimento econômico e social do território; deverá privilegiar um fluxo de visitantes que se comprometam com as questões sociais e ambientais do local (HIWASAKI, 2006, p.677).

O turismo com o significado comunitário sugere também alteridade entre modos de vida. Comunidades que conservam modos de vida tradicionais podem contribuir para melhor se compreender que bem viver não é necessariamente sinônimo de alto padrão de consumo, como que fosse possível comprar felicidade. Comunidades não urbanas podem servir de laboratórios do bem viver, para que residentes e partícipes de modos de vida urbanizados, que por mais que tenham suas unidades familiares bem equipadas, ainda assim, sentem necessidade de preencher o esvaziamento imaterial provocado por uma sociedade de consumo (SAMPAIO et al.,2014).

É necessário, portanto resgatar a percepção (visão de mundo) das comunidades domésticas, do que elas podem promover, com seus próprios recursos e potencialidades (endogeneidade), transformando o território comunitário em um espaço de decisão e valorização de suas identidades com respeito ao ambiente. Quanto ao visitante, este deve perceber que este turismo não se limita apenas à observação ou ainda, a vivência com as comunidades tradicionais (autóctones), mas ao envolvimento do visitante com projetos de vida, com a natureza, com a outriedade (GRIMM & SAMPAIO, 2012).

Postas as potencialidades que o Turismo comunitário pode proporcionar a todos os agentes envolvidos nas comunidades, a atividade turística pode se caracterizar como fator de contribuição para melhoria da qualidade de vida da população, como para prosperidade dos microempreendimentos e consequentemente do desenvolvimento de seus territórios uma perspectiva do bem viver local.

2. Comunidades tradicionais e o turismo comunitário

Comunidades tradicionais caracterizam-se pela dependência aos recursos naturais; conhecimento aprofundado que possuem da natureza; pela noção de território e espaço onde o grupo se reproduz social e economicamente; pela ocupação do mesmo território por várias gerações; pela importância das atividades de subsistência; pela importância dos símbolos, mitos e rituais associados as suas atividades; pela utilização de tecnologias simples, com impacto limitado sobre o meio; pela autoidentificação ou pela identificação por outros de pertencer a uma cultura diferenciada (DIEGUES & ARRUDA, 2001, p.27).

Um aspecto característico dos povos tradicionais ocorre pela formação da consciência ecológica em prol do equilíbrio autossustentável. A capacidade que as comunidades tradicionais possuem de se relacionar com um meio ecológico complexo, identificando, por exemplo, as diferenciações na fauna e na flora, as diversas espécies existentes, suas formas de vida e funções, pode ser considerada prova do patrimônio cultural, graças a um saber prático que valoriza e preserva os ecossistemas e que muitas vezes é visto como práticas improdutivas pelas sociedades modernas (CASTRO, 2000, p. 166).

Esses modos de vida, produção e conhecimento caracterizam-se como principal atrativo do turismo comunitario, pois são as forma de viver simples que se tornam referência, marco de identidade de projeto de desenvolvimento, potencializam-se como atrativos, distanciando-se da espetacularização, rompendo com a lógica urbana, individual e materialista. São muitas as experiências de turismo comunitário, que valorizam práticas culturais e favorecem a distribuição dos benefícios econômicos entre todos os envolvidos. A pesca, agricultura, artesanato, culinária, danças, festas e toda forma de vida diária que comporta fazeres e saberes próprias destas comunidades se constitui em atrativo turístico e é isso que o visitante quer conhecer. Mas, o turismo deve ser sempre uma atividade econômica secundária, complementar, não devendo substituir as formas tradicionais de produção.

O turismo comunitário possibilita ao turista contato com o patrimônio das comunidades receptoras, com modos de vida mais simples. Aumenta a autoestima dos autóctones identificados muitas vezes como comunidades tradicionais, para que percebam e valorizem seus modos de vida, mesmo quando estas se encontram distanciadas dos padrões de consumo próprios da vida tipicamente urbana.

3. Metodologia: caracterização do estudo

3.1 A pesquisa

A metodologia utilizada se insere na proposta de Yin, (2001): o estudo de caso. Essa estratégia de acordo com o autor facilita o exame de eventos contemporâneos, quando não é possível manipular comportamentos relevantes. A pesquisa foi desenvolvida no período de 2014 e 2015. As técnicas utilizadas são a observação direta, a participação em reuniões realizadas pela incubadora e, entrevistas com participantes do projeto de Economia Solidária e Turismo da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná, com gestores do Parque Nacional do Superagui e com especialistas em unidades de conservação.

3.2 A Incubadora Tecnológica Federal do Paraná

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UFPR é um programa de extensão e pesquisa vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PRO-EC) da UFPR. Sua missão é a afirmação da cidadania por meio de ações cooperativistas, tendo como objetivo estimular a autogestão e respeito ao saber popular, proporcionar a geração de trabalho e renda, e o apropriar-se da condição de cidadão

O público alvo do programa é composto por autônomos, subempregados, pessoas abaixo da linha da pobreza, pequenos produtores rurais que estão à margem do processo produtivo, e que residem em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com o objetivo da inserção no mercado de trabalho e conseqüentemente renda.

A ITCP surgiu de uma ação no seminário nacional de divulgação de incubadoras realizado pela coordenação do programa de Pós-graduação em Engenharia da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ) – COPPE/UFPRJ na Universidade Federal do Paraná, com apoio da administração central, PROEC e a administração do Ministério do Trabalho. Suas ações eram então financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, e pela UFPR, assim a universidade se alinhou com os movimentos sociais e organizações comunitárias, passando a atuar nos programas do Governo Federal.

Com a implantação da UFPR litoral em 2006, a extensão de projeto ITCP passou a ter atuação pontual no litoral, ampliando suas atividades com a abertura de uma frente em Foz do Iguaçu e outra em Tunas (PR). Passou a fazer parte da Rede das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos se interligando a dezenove universidades latino americanas, sob a coordenação da Universidade de Sherbooke Canadá a qual é financiada pela agência Canadense de Desenvolvimento Internacional ACIDI, propiciando o incentivo à produção científica.

Na incubação busca-se afirmação da cidadania por meio de ações cooperativistas e movimentos sociais e o poder público, tendo como objetivo estimular à autogestão e respeito ao saber popular. É no local, no território, nas comunidades, que surgem as experiências associativas no campo do turismo comunitário. É onde a solidariedade e a cooperação aparecem, possibilitando o desenvolvimento econômico e social de todos os moradores, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição. A estratégia metodológica da ITCP encontra-se estruturada em três eixos: pré-incubação onde é feita uma sondagem preliminar da comunidade, identificando a existência de associações e cooperativas, mobilização, diagnóstico participativo e um curso básico de cooperativismo; a incubação que se constitui no processo dialógico de formação continuada dos atores e o planejamento estrutural do Projeto da Cooperativa; e a desincubação que trabalhado desde o início da incubação consiste em gradativamente desvincular a cooperativa da incubadora sem, no entanto, deixar de orientá-la quando necessário.

O direcionamento dos esforços dos projetos e os resultados das pesquisas desenvolvidas pela incubadora visam à melhoria da qualidade de vida nas comunidades incubadas. Oferecendo formação em economia solidária, para que a comunidade conheça a doutrina e as implicações de trabalhar coletivamente, os objetivos da ação transformadora definem aspectos prioritários que merecem aprofundamento, e as áreas de atuação onde a incubadora deve trabalhar com a comunidade.

Baseada na autogestão e no compartilhamento coletivo de decisões e de resultados de um empreendimento, a economia solidária, muito conhecida pelo modelo cooperativista, é uma opção que tem se revelado tão democrática quanto eficaz como solução de geração de trabalho e renda sem patrão. O programa tem realizado a capacitação de comunidades em economia solidária a partir de conhecimentos referentes às “implicações” do que seja o trabalho coletivo. Tem como base a pesquisa de campo para identificar a melhor proposta de trabalho e então apresentá-la à comunidade. Juntos, comunidade e incubadora realizam um plano de negócio para implementar uma ação associativa ou cooperativista, até que a comunidade ou a nova cooperativa/associação adquira capacidade de caminhar com recursos endógenos.

Com aprovação do Projeto: Economia Solidária e Turismo em Paranaguá, financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, a ITCP, passa desenvolver a partir de agosto de 2013, no município de Guaraqueçaba, mais especificamente em Barrado Superagui, ações com o objetivo de estudar as possibilidades de economia solidária na cadeia produtiva do turismo.

3.3 Recorte geográfico: Barra do Superagui, município de Guaraqueçaba (PR).

O município de Guaraqueçaba localizado na porção norte do litoral do Paraná, possui uma extensão de 2.025,86 km². Apresenta um dos piores IDH, estando entre os vinte mais baixos do estado do Paraná (IPARDES, 2010). A baixa renda, desemprego e falta de políticas públicas que viabilizem a ocupação regular do solo pela faixa da população mais pobre, aumenta o número de ocupações em áreas impróprias (encostas, mangues e alagáveis). A ocupação dispersa do território (27 comunidades rurais e 26 insulares) dificulta a prestação de serviços públicos, onerando o poder público municipal (Guaraqueçaba, 2006). O município abriga populações tradicionais de pescadores artesanais e agricultores familiares. Esta população rural agrupa-se em comunidades situadas no continente e nas ilhas (Figura 01).

Figura 01 – Mapa de localização do Município de Guaraqueçaba com destaque para Barra do Superagui (PR).



O território é detentor de áreas de preservação como APA de Guaraqueçaba, além do Parque Nacional do Superagüi, Estação Ecológica de Guaraqueçaba, ARIE das Ilhas do Pinheiro e Pinheirinho, e RPPNs de Salto Morato e Sebuí (IPARDES, 2010). Esse cenário demonstra contradições sociais e ambientais vivenciados pela população tradicional ali localizada.

A criação de Unidades de Conservação (UCs) contribuiu para conter os conflitos fundiários existentes na região há décadas, controlar a caça predatória e proteger as práticas tradicionais da população caiçara. No entanto, a restrição de uso do território e ações baseadas numa concepção conservadora, que ignorava o saber tradicional, contribuiu na geração de conflitos entre populações tradicionais estabelecidas no interior ou entorno das áreas protegidas e gestores destas unidades. Além disso, o desenvolvimento e interesse de turistas pela região deu início a um novo processo de transformação socioeconômica no município.

As populações existentes no entorno do Parque Nacional do Superagüi e ainda dentro dele dedicam-se quase que exclusivamente à pesca, sendo que apenas uns poucos continuam plantando mandioca, banana e milho. A organização econômica dessas comunidades fundada na pesca e/ou lavoura, é desenvolvida em moldes tradicionais, alternando-se conforme a época, sendo, tanto uma como outra atividade, exploradas a partir das especificidades do ambiente, mediante tecnologia rústica ou artesanal. O produto obtido da pesca depende muito da localização geográfica da comunidade, a qual não costuma se afastar do local em que habita para desempenhar suas atividades (CUNHA e ROUGELLE, 1989; FARACO, 2012).

Diante das dificuldades socioeconômicas e geográficas enfrentadas pelo município, faz-se necessário pensar em alternativas econômicas, ofertando à população local (continente e ilhas) oportunidade de trabalho e renda, continuidade das atividades produtivas tradicionais e que colaborem com a preservação do patrimônio cultural e natural do território.

4. Primeiros resultados

4.1 O turismo nas comunidades do Parque Nacional do Superagüi

O turismo comunitário tem sido muito propagado e requerido por comunidades que desejam desenvolver o turismo de forma diferenciada do convencional. Entretanto, exige envolvimento e qualificação para protagonizar e gerir a atividade. Em Superagüi, apesar do incentivo demonstrado no diagnóstico elaborado para o Plano de Manejo, onde é destacado o potencial atrativo do território, se observa falta de infraestrutura e aparelhamento para lidar com o turismo que no decorrer do processo de desenvolvimento (neste caso desordenado) poderá ocasionar danos ao meio ambiente tanto quanto o turismo convencional.

Superagui é território de preservação ambiental constituída como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, que têm como objetivo básico preservar a natureza, livrando-a, o quanto possível, da interferência humana; nelas, como regra, só se admite o uso indireto dos recursos naturais, isto é, aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição, com exceção dos casos previstos na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000). Assim, toda atividade realizada dentro em no seu entorno deve estar devidamente vinculada ao Plano de Manejo da unidade. Contudo, Diegues (2014) esclarece que:

(...) o plano de manejo é um instrumento importante para a gestão de áreas protegidas, sejam de proteção integral ou uso sustentável. No caso das unidades de proteção integral, os conselhos que deveriam ser espaços sociais importantes para a elaboração e implementação desses planos são somente consultivos e mesmo com a participação dos moradores tradicionais, o que ai se resolve, raramente é implementado no que diz respeito às comunidades tradicionais residentes. De uma maneira geral, os governos tanto federais quanto estaduais esperam que as comunidades se cansem em virtude da impossibilidade de continuar com seu modo de vida tradicional e acabem migrando. Isso tem ocorrido com frequência.

No Parque Nacional do Superagui o Plano de Manejo se encontra em fase de estruturação e quando implantado deverá atender os seguintes propósitos:

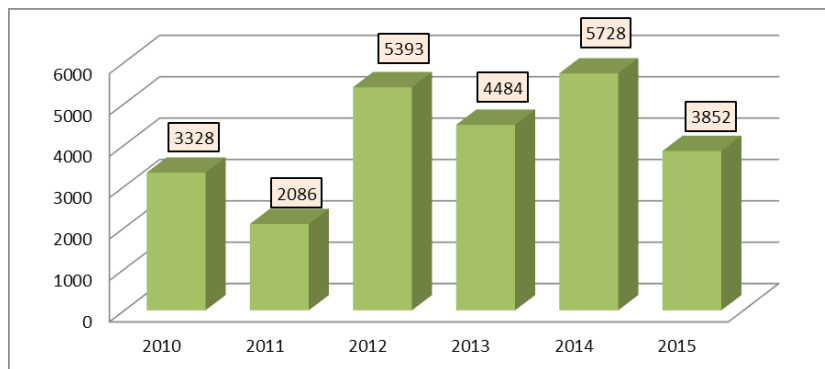
Ordenar atividades de uso público, de forma que fiquem garantidos: a) conservação dos recursos naturais da UC, a sensibilização dos visitantes com a natureza e o retorno de benefícios para as populações locais; b) determinar a capacidade de suporte e seus indicadores de qualidade ambiental e; c) implementar um sistema de monitoramento no Parque (MMA, 2011, p. 3).

A respeito, Vivekananda (2014) relata que se trata de um documento arrojado se comparado com outros em nível nacional, pois além das oficinas previstas no roteiro metodológico, foram realizadas visitas a todas as comunidades para divulgar e informar sobre as ações que iriam acontecer em torno da estruturação do plano. Foi realizado também curso de capacitação para os comunitários. Em todas as comunidades, houve o reconhecimento de campo, onde além das comunidades foram visitadas todas as instituições parceiras ou que atuam na área do parque e região. Foi feito o diagnóstico, planejamento e zoneamento da unidade levando-se em consideração as sugestões dos moradores locais e instituições que participaram das oficinas ou reuniões. Toda fase de estruturação é acompanhada pelo Conselho Consultivo do Parque, onde foram escolhidos três comunitários e uma instituição para acompanhar o processo do plano de manejo fora das reuniões do conselho. De acordo com a gestora da unidade até o momento foram elencadas mais de trezentas ações, sendo a maioria de cunho socioambiental. Paralelamente foi feito um pedido ao ICMBio Sede para que seja oficializada a permanência das comunidades que se encontram no interior do parque, visto que são pequenas, causam pouco impacto e suas atividades são mais ligadas à pesca tradicional (VIVEKANANDA, 2014).

Para melhor receber e orientar o visitante, estão previstos no Plano de Manejo a estruturação e organização de centros de visitantes em pontos estratégicos do parque, projeto de sinalização turística e interpretação ambiental, construção de trapiches, organização comunitária, obtenção de equipamentos para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas, organização de uma central de reservas e sistema de monitoramento. Serão contempladas atividades de lazer de praia (caminhadas, banhos de sol e mar etc.), trilhas interpretativas, históricas e de contemplação da biodiversidade local, mirantes, fotografia, aproveitamento de cursos d'água e cachoeiras para banho, passeios de barco com possibilidade de observação de animais, visitação a locais históricos, igrejas, ruínas, sambaquis, casada cultura do fandango, farinha, cicloturismo e canoagem (ICMBio, 2014).

Em relação ao turismo, o Parque Nacional do Superagui recebe visitantes (Gráfico 01) e o plano deverá trazer em seu texto a oferta e potencialidades turísticas do entorno imediato e interior do parque e apresentar uma proposta de uso público e de turismo para a área (BRESOLIN, 2016).

Gráfico 01 – Fluxo anual de visitantes no Parque Nacional do Superagui entre 2010 e 2015.



Fonte: BRESOLIN, 2016

Em relação ao fluxo de visitantes, Bresolin (2016) destaca que nos primeiros anos de monitoramento do número de visitantes, os donos das pousadas, nem sempre respondem com boa vontade, pois não compreendem a importância desta ação. Esclarece ainda que os registros são coletados semanalmente junto à comunidade de Barra do Superagui, e que principalmente nos meses de maior demanda como dezembro e janeiro, pode haver uma contagem de visitantes que se contabilize em um ou no outro ano. A visitação pode ser impactada quando operadoras fazem grupos de viagem.

Em relação ao “pico” de visitação em 2011 e 2012, esclarece que Superagui teve muita visibilidade na mídia televisiva, especialmente no programa Meu Paraná da RPC, o que trouxe muitos visitantes para a região. Outro fato é que 2012 foi um ano economicamente interessante para o Brasil impulsionando o turismo na região. Atualmente, a região conta com uma lancha taxi, o que pode impactar a visitação em 2016. Destaca, porém que é complexo ter certeza das razões que fazem oscilar a visitação no Parque.

Apesar do Plano de Manejo da unidade ser considerado um documento inovador e voltado às necessidades do território e suas comunidades, estas precisam desenvolver estratégias que garantam sua adaptação e resiliência. Sob este prisma pode-se pensar que a criação de organizações comunitárias seja fator capaz de fortalecer e empoderar a comunidade local para que cooperativamente possam diversificar e gerir atividades econômicas, como sugerido o turismo comunitário, tornando-se protagonista do desenvolvimento do seu território, pois como bem sugere Faraco (2012, p. 200), “o maior nível de participação em organizações comunitárias observado entre as populações com menor capacidade adaptativa indica um potencial para a expansão dos espaços de participação”. Entretanto, Diegues (2014) adverte que:

No meu entender, o atual governo federal não tem um interesse real no empoderamento das comunidades tradicionais moradoras nas unidades de uso sustentável, pois isso poderia trazer problemas para os grandes projetos como hidrelétricas e implantação de portos em áreas costeiras, cujos impactos negativos sobre o seu modo de vida são evidentes.

Neste ponto, apesar das dificuldades, a definição de um espaço de discussão com as comunidades pode garantir oportunidade para que os moradores exponham suas necessidades e consigam recursos para manter-se economicamente, desenvolvendo atividades tradicionais de forma sustentável. O turismo neste contexto pode ser uma estratégia viável e, sendo previsto no plano de manejo do parque, abre espaço para sua inserção e desenvolvimento junto às comunidades, auxiliando na capacidade de decisão sobre se querem ou não trabalhar com a atividade.

Reconhecendo a importância do empoderamento da comunidade, no Parque Nacional do Superagui, de acordo com Vivekananda (2014), o Conselho Consultivo é um espaço para discussão e participação para que se indiquem usos e costumes possíveis dentro da unidade.

Embora a principal atividade econômica que gira em torno da pesca é realizada fora dos limites da unidade, são utilizados recursos naturais extraídos de dentro do parque como madeira para fazer estiva, remos e outros artefatos utilizados na pesca, extração da caxeta¹ para forjar instrumentos musicais para o fandango, extração de caranguejo e coleta de folhas da cataia para produzir o whisky caíçara. No caso desses usos a lei indica que se trabalhe com Termos de Compromisso².

Diante dos dados coletados nas entrevistas com gestores e especialistas em Unidades de Conservação, observa-se que o turismo é uma atividade que ocorre nesses territórios e, portanto, deve ser planejado para minimizar seus impactos negativos e para que traga oportunidades de trabalho e renda às comunidades.

4.2 As ações da incubadora no litoral

A partir da análise documental e entrevista com participantes do projeto foi possível identificar e sistematizar sua proposta, em três momentos: (a) o primeiro, tem sua ocorrência a partir do envolvimento da equipe do projeto com agentes externos para sondagem preliminar do local e aproximação com moradores para realização do diagnóstico participativo; (b) o segundo, como momento de construção de aprendizagens e de processos de cooperação; e, (c) o terceiro, pode ser compreendido como de consolidação do programa de incubação e o apontamento de resultados.

Momento (a): anterior ao processo de implementação da atividade turística pela incubadora ocorreu a verificação da disponibilidade de recursos, a existência de potenciais mercados, aferição para saber se a localidade necessita e deseja o turismo para atingir seus objetivos de desenvolvimento, e avaliar a existência de infraestrutura e capacitação dos moradores para dar suporte a atividade. No processo de implantação do projeto esta é uma questão muito discutida e avaliada entre os membros da incubadora, pois promotor da cooperação e da associação o turismo comunitário deve envolver o maior número de moradores interessados, fomentando a solidariedade e a inclusão.

1 Caxeta (ou caxetal) é um ecossistema do bioma Mata Atlântica que pertence ao grupo das formações pioneiras. Diferente da restinga e do manguezal está sob influência exclusivamente fluvial. Ocorre predominantemente em áreas de alagamento temporário ou permanente (várzeas) de água doce nas planícies litorâneas. Sua madeira leve foi explorada para produção de lápis. Hoje (em regime de manejo sustentado), os caxeteiros das populações tradicionais caíçaras aproveitam sua madeira (no período entre 25 e 30 anos) para o artesanato, tamancos e instrumentos musicais (rabeça). A caxeta também é um lugar favorito de ninho do papagaio da cara roxa (VIVEKANANDA, 2014).

2 Termo de Compromisso é um instrumento firmado entre os órgãos ambientais integrantes do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente e pessoas físicas ou jurídicas, permitindo às últimas a adoção de medidas para correção e enquadramento de suas atividades perante a legislação ambiental. Durante a vigência de referido termo, variável entre 90 (noventa) dias e 3 (três) anos e prorrogável por igual período, as sanções administrativas permanecem suspensas, e, se cumpridas as exigências pactuadas, deixam de ser aplicadas.

Assim, o primeiro passo foi estabelecer uma relação de confiança com a comunidade. Em Barra do Superagui, assim como em diversas comunidades da região, há constante presença de universidades e ONGs desenvolvendo pesquisas e projetos que nem sempre trazem benefícios às comunidades locais. Muitos pesquisadores não cumprem com o que se comprometem, ou simplesmente não retornam ao local trazendo os resultados dos trabalhos.

Desse modo, há compreensível descrédito entre pessoas, sendo necessária aproximação aos poucos. Inicialmente os membros da equipe recorreram àqueles que conhecem a região e puderam apresentar suas experiências, visões e impressões. Em reuniões semanais na ITCP pesquisadores da UFPR e analistas ambientais do Parque Nacional do Superagui tiveram fundamental participação apresentando a realidade local, que se constituiu em base para discussões e reflexões sobre o território, seus moradores e suas necessidades.

A equipe do projeto realizou viagens ao local para reconhecimento da comunidade. Participaram alunos bolsistas e técnicos da ITCP. Ao retornar a equipe se reuniu para debater respeito dos dados e informações obtidas em campo, e que foram fundamentais para subsidiar as decisões de intervenção.

Durante a fase de diagnóstico, pesquisas em fontes secundárias e na própria comunidade, informaram a respeito da dificuldade em reunir a população da Barra do Superagui com objetivo de trabalho em grupo, cooperado. Sabido que normalmente há divisões entre os grupos, sejam em pequenas comunidades ou mesmo em sociedades mais complexas, tomou-se o cuidado de envolver a comunidade escolar, desde a primeira reunião, por entender-se esse espaço como local apropriado e “neutro”.

Momento (b): é realizada a primeira reunião com convites sendo distribuídos nas casas dos moradores e espalhando cartazes em pontos estratégicos, para que boa parte dos moradores tivesse conhecimento de que a ITCP/UFPR estava no local e iria apresentar o projeto e sua proposta de intervenção.

Em dois dias de trabalho, seriam diagnosticadas e hierarquizadas as demandas locais e posteriormente planejadas ações iniciais para a resolução dos problemas locais.

Na primeira reunião mais de vinte comunitários estavam presentes. A ITCP/UFPR apresentou o projeto do Turismo de Base Comunitária na perspectiva da Economia Solidária como possibilidade de desenvolvimento territorial. Propôs um diagnóstico participativo possibilitando a participação de todos. Foram indicados como problemas locais: o tratamento dos resíduos sólidos, abastecimento insuficiente de água e presença de drogas ilícitas.

No segundo dia, para o planejamento das ações a comunidade não compareceu à reunião. No entanto, professores e diretores da escola produziram uma lista de demandas solicitando apoio da ITCP, e decidiu-se que a educação seria a base para estabelecer a relação com a comunidade e iniciar o projeto de desenvolvimento local. Planejaram-se oficinas e palestras baseando-se nos temas: lixo, horta, economia doméstica, zoonoses, música, etc. Na oportunidade, a Associação Cristã Feminina demonstrou interesse e necessidade do apoio da ITCP/UFPR na organização de um grupo de costura entre suas associadas.

Foi a partir da escola e da Associação Feminina que a equipe do projeto passou a atuar na comunidade e os resultados positivos foram sendo alcançados paulatinamente e conquistando a confiança de mais pessoas.

Momento (c): entre os resultados esperados, mas guiando-se pela persistência, a equipe aproximou-se da associação de moradores e verificou a baixa participação dos associados, e que poucos pagavam a taxa mensal, inviabilizando a resolução de problemas comuns como o da água. Sobre esse tema a ação desenvolvida pela Incubadora contribuiu para o fortalecimento da comunidade local, que busca a partir de então, se organizar, com objetivo comum de solucionar o problema com a água, mas principalmente sobre a necessidade de empoderamento, autonomia, solidariedade e organização comunitária para que o enfrentamento dos problemas locais possa ser feito de maneira conjunta e cooperada.

Também é possível arguir que o projeto contribuiu com a formação de agentes locais no sentido da cooperação, solidariedade, participação, pois estão surgindo lideranças em prol do bem comum. Exemplo é a sugestão, criação e organização da Festa do Camarão 7 Barba da Comunidade do Superagui.

O evento desenvolvido pela comunidade valoriza a cultura caiçara, incentiva o Fandango e põe ao dispor do visitante a gastronomia local derivada de matéria-prima obtida com a pesca tradicional, principal atividade econômica da comunidade.

A incubadora possibilitou os primeiros passos articulando ações de cooperação, participação e tomada de decisão que culminaram em um evento que pode ser considerado como projeto com economia solidária. Os resultados apontam indícios da incubação de empreendimentos turísticos solidários, como um evento gastronômico, contribuir para o fortalecimento da comunidade local, na formação de agentes locais com vistas ao desenvolvimento territorial, e na articulação de ações do projeto com as políticas públicas de economia solidária e do turismo.

Considerações

Comunidades tradicionais são mais vulneráveis no aspecto social, econômico e ambiental, pois, mantêm uma relação intensa com o meio ambiente natural, dependendo desta para sua sobrevivência e manutenção das suas representações sociais. Lutam por melhor distribuição de renda, numa realidade onde é sentida a falta de postos de trabalho e políticas públicas de desenvolvimento.

Essas populações, em muitos casos, vislumbram diversas oportunidades possíveis proporcionadas pelo desenvolvimento do turismo, sobretudo com a oferta de trabalho e renda. Tornam-se núcleos receptores de turistas, surgindo, assim, os destinos preferenciais do turismo de base comunitária.

Neste contexto as ações da incubadora contribuirão para o fortalecimento da comunidade local, na formação de agentes locais com vistas ao desenvolvimento e na articulação de ações do projeto com as políticas públicas de economia solidária. O projeto se consolida com a realização da festa - surgida da tomada de decisão do grupo -, e deixa importante legado que abre caminho o turismo e na busca de desenvolvimento local.

No entanto, a agenda imposta pela chamada que financia o projeto, impõe um cronograma incompatível com o tempo das comunidades. Diante disso é necessário dar continuidade ao projeto para que contemplem na próxima fase, ações com vistas ao desenvolvimento do turismo de base comunitária, que só acontece quando a comunidade participa, deseja e quando fatores fundamentais de infraestrutura básica (saúde, água potável, energia, educação etc) existem na comunidade e atendem aos moradores.

A ação da incubadora, neste sentido não buscou somente alternativas econômicas e reinserção dos grupos excluídos do mercado de trabalho, mas aumento do seu patrimônio coletivo, possibilitando a fidelização dos indivíduos nas suas relações com a comunidade. Apoiou e orientou o processo de organização e consolidação comunitária popular, e a cooperação. Revitalizou e fortificou as associações, que juntamente idealizaram a 1ª Festa do Camarão 7 Barbas na Comunidade da Barra do Superagui.

Referências Bibliográficas

- Brambatti, L. E. (2006).** O associativismo e a participação comunitária em Turismo. Texto apresentado no Congresso de Desenvolvimento Regional. Feevale, 10p.
- Brasil. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. (2000).** Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em 23 de maio de 2015.
- Bresolin, M.C. (2015).** Gestor do Parque Nacional do Superagui. Especialista em Unidades de Conservação. Entrevista concedida.
- Castro, E. (2000).** Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: Diegues, Antonio Carlos (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2 ed. São Paulo: Anablume.
- Coriolano, L. N. M. T. (2003).** Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: Coriolano, Luzia Neide M. T. O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local. Fortaleza: Funece, p. 13-27.
- Cunha, L. H. O. Rougelle, M. D. (1989).** Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: convivência e conflitos; o caso de Guaraqueçaba (Paraná). São Paulo: USP. Estudo de Caso nº 2.
- Diegues, A. C.; Arruda, R. S. V. (Orgs.). (2001).** Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP.
- Diegues, A.C. (2014).** Unidades de Conservação e comunidades tradicionais. Especialista consultado.
- Faraco, L. F. D. (2012).** Vulnerabilidade de pescadores paranaenses às mudanças climáticas e os fatores que influenciam. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, 260p.
- Grimm I. J.; Sampaio, C. A. C. (2012).** Multiculturalismo, turismo e comunidades tradicionais: campo de coexistência e vivencialidade? III CONGRESSO DE CULTURA E EDUCAÇÃO PARA AMÉRICA LATINA (CEPIAL), Curitiba. Anais eletrônicos. Curitiba, UFPR. Disponível em: http://cepial.org.br/inc/anais/eixo4/324_IsabelJuremaGrimm.pdf. Acessado em: 02 de agosto de 2012.
- Hiwasaki, L. (2006).** Community-based tourism: a pathway to sustainability for Japan's protected areas. Society and Natural Resources, vol 19, p. 675 – 692.
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. (2010).** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>. Acesso em 20 de junho de 2014.
- Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Parque nacional do Superagui. Projeto Básico II, (2011).** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/anexoumb.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2014.

_____. **ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.** Unidades de Conservação. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/>. Acesso em junho de 2015.

Murphy, P.E. (1995). Tourism: A community approach. Londres. Methuesen.

Sampaio, C. A. et. al. (2011). Perspectiva do turismo comunitário. In: Sampaio, C. A. C.; Henriquez, C.; Mansur, C. (Orgs.). Turismo comunitário: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, p. 23-30.

Sampaio, C. A. C.; Ceccato, M.; Mendonça, C.; Rehme, G. (2014). Slow city: como proposta de desenvolvimento territorial sustentável. II Seminário Internacional Culturas e Desenvolvimento, Chapecó, 2014. Anais..., Chapecó, 2014.

Vivekananda, G. (2014). Gestora do Parque nacional do Superagui. Entrevista concedida.

Yin, R. K.(2001). Estudo de caso – planejamento e métodos. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman.